TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO.

1.1. AQUISIÇÃO DE EXAME DE IMAGEM PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DE PAU D'ARCO-PA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.1.1. Estimativas de consumo, do órgão gerenciador.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND.	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
1	CARDILOGIA-ELETROCARDIOGRAMA	200	UN	96,667	19333,40
2	CARDIOLOGIA DUPPLER VASCULAR	50	UN	350,000	17500,00
3	COLONOSCOPIA	100	UN	870,000	87000,00
4	CONTRASTE	100	UN	231,667	23166,70
5	ENDOSCOPIA DIGESTIVA	300	UN	315,000	94500,00
6	MAMOGRAFIA CONVENCIONAL BILATERAL	200	UN	200,000	40000,00
7	RAIO X ABDOME SIMPLES	300	UN	98,333	29499,90
8	RAIO X ANTEBRAÇO	200	UN	98,333	19666,60
9	RAIO X BACIA	200	UN	98,333	19666,60
10	RAIO X BRAÇO	200	UN	98,333	19666,60
11	RAIO X CALCÂNEO	200	UN	98,333	19666,60
12	RAIO X CLAVICULAR	200	UN	98,333	19666,60
13	RAIO X COLUNA CERVICAL	300	UN	98,333	29499,90
14	RAIO X COLUNA DORSAL 4 INCIDÊNCIAS	200	UN	98,333	19666,60
15	RAIO X COLUNA TORÁCICA	200	UN	98,333	19666,60
16	RAIO X COLUNA TOTAL	200	UN	171,667	34333,40
17	RAIO X COSTAL	200	UN	98,333	19666,60
18	RAIO X DA COXA	200	UN	98,333	19666,60
19	RAIO X DE ABDOME AGUDO-RADIOLOGIA	200	UN	98,333	19666,60
20	RAIO X DE COSTELA	200	UN	98,333	19666,60
21	RAIO X DE COTOVELO	50	UN	98,333	4916,65
22	RAIO X DE CRÂNIO	200	UN	98,333	19666,60
23	RAIO X DO JOELHO	200	UN	98,333	19666,60
24	RAIO X DORSO LOMBAR	200	UN	98,333	19666,60
25	RAIO X LOMBO-SACRA	200	UN	98,333	19666,60
26	RAIO X MÃO E PUNHO P/ IDADE ÓSSEA	200	UN	98,333	19666,60
27	RAIO X OSSO DA FACE-ERADIOLOGIA	200	UN	98,333	19666,60
28	RAIO X PÉ OU PODODACTILO-ORADIOLOGIA	200	UN	98,333	19666,60

29	RAIO X PERNA	200	UN	98,333	19666,60
30	RAIO X PUNHO-RADIOLOGIA	200	UN	98,333	19666,60
31	RAIO X QUADRIL	200	UN	98,333	19666,60
32	RAIO X TÓRAX	400	UN	98,333	39333,20
33	RAIO X ARTICULAÇÃO ESCAPULOUMERAL(OMBRO)-RADIOLOGIA	200	UN	98,333	19666,60
34	RETOSSIGMOIDOSCOPIA	50	UN	330,000	16500,00
35	RISCO CIRÚRGICO	400	UN	450,333	180133,20
36	TOMOGRAFIA ABD TOTAL- CORTES FINOS COM CONTRASTE	50	UN	816,667	40833,35
37	TOMOGRAFIA BACIA	50	UN	388,667	19433,35
38	TOMOGRAFIA BRAÇO	50	UN	388,667	19433,35
39	TOMOGRAFIA COLUNA LOMBAR	50	UN	388,667	19433,35
40	TOMOGRAFIA COLUNA SACRO COCCIGEA-TOMOGRAFIA	50	UN	388,667	19433,35
41	TOMOGRAFIA COTOVELO	20	UN	388,667	7773,34
42	TOMOGRAFIA DE SEIOS DA FACE	20	UN	405,333	8106,66
43	TOMOGRAFIA ABDÔMEN SUPERIOR	50	UN	388,667	19433,35
44	TOMOGRAFIA COLUNA CERVICAL	50	UN	388,667	19433,35
45	TOMOGRAFIA COLUNA TORÁCICA	50	UN	388,667	19433,35
46	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COXA	20	UN	388,667	7773,34
47	TOMOGRAFIA COXOFEMURAL	20	UN	388,667	7773,34
48	TOMOGRAFIA DA ORBITAS OCULAR	20	UN	388,667	7773,34
49	TOMOGRAFIA DA PELVE FEMININA E MASCULINA	20	UN	388,667	7773,34
50	ULTRASSONOGRAFIA DE OMBRO	50	UN	150,000	7500,00
51	ULTRASSONOGRAFIA DE PRÓSTATA SIMPLES	40	UN	150,000	6000,00
52	ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA	100	UN	150,000	15000,00
53	ULTRASSONOGRAFIA TRANSRETAL (PRÓSTATA)	40	UN	258,333	10333,32
54	TOMOGRAFIA DO TÓRAX	100	UN	388,667	38866,70
55	TOMOGRAFIA DE CRÂNIO	50	UN	388,667	19433,35
56	TOMOGRAFIA DE JOELHO	20	UN	388,667	7773,34
57	TOMOGRAFIA DA MÃO	20	UN	388,667	7773,34
58	TOMOGRAFIA MASTODES OU ORELHA	20	UN	388,667	7773,34
59	TOMOGRAFIA OMBRO	20	UN	388,667	7773,34
60	TOMOGRAFIA TORNOZELO	20	UN	388,667	7773,34
61	TOMOGRAFIA DO PESCOÇO (PARTES MOLE)	30	UN	388,667	11660,01
62	TOMOGRAFIA DO PUNHO	20	UN	388,667	7773,34

63	TOMOGRAFIA DA PERNA	20	UN	388,667	7773,34
64	TOMOGRAFIA DA SELA TORÁCICA	20	UN	388,667	7773,34
65	ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL PÉLVICA	200	UN	150,000	30000,00
66	ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL P/ CONTROLE DE EXAMES	50	UN	150,000	7500,00
67	ULTRASSONOGRAFIA ABDOMINAL	50	UN	200,000	10000,00
68	ULTRASSONOGRAFIA URINÁRIO MASCULINO E FEMININO	100	UN	150,000	15000,00
69	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN TOTAL	100	UN	200,000	20000,00
70	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN SUPERIOR	20	UN	150,000	3000,00
71	RAIO X ACROMIOCLAVICULAR	100	UN	98,333	9833,30
				VALOR TOTAL ESTIMADO	**1.538.535,11**

2. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

2.1. 1.2.2. O custo estimado da contratação é de R$ **1.538.535,11** (Um milhão quinhentos e trinta e oito mil quinhentos e trinta e cinco reais e onze centavos).

2.2. Não serão aceitos valores acima do estimado.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

3.1. Considerando a necessidade Secretaria Municipal de Saúde de Pau D'arco - PA, em dar continuidade a prestação de Serviço de Saúde a população e Considerando a necessidade de aquisição dos serviços de exames de imagens, se fazem imprescindíveis por serem fundamentais na determinação de diagnósticos e tratamento dos pacientes, atendido no Sistema de Saúde Pública Municipal.

3.2. Para o atendimento das demandas Hospitalares e Ambulatoriais de Saúde em pacientes com necessidades específicas, como é o caso de doenças infecto/contagiosas, o Sistema de Saúde Pública de Pau D'arco não dispõe da totalidade da capacidade necessária para o funcionamento do Serviço de Apoio ao Diagnóstico e Tratamento, requerendo, portanto, sua aquisição através de terceiros.

3.3. Esta aquisição justifica-se pela oportunidade de oferecer melhorias na condições de saúde e bem-estar de toda a população de Pau D'arco - PA.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS COMUNS.

4.1. A natureza do objeto a ser contratado é de natureza comum nos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei 10.520, de 2002, e as especificações dos serviços estão definidas de forma clara, concisa e objetiva e que as unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado.

5. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. O prazo de entrega/execução dos bens/serviços é de até **02 (Dois)** dias, em conformidade com o este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE SERVIÇO emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, O local de entrega será acordado pela secretaria demandante.

5.2. A(s) empresa(s) Prestadora(s) dos serviços de exames de imagem deverá prestar estes serviços no município de Pau D'arco - PA ou nas cidades circunvizinhas com distancia mínima de 90Km, em função do alto custo para o Fundo Municipal de Saúde de Pau D'arco com transporte e estadia dos pacientes que necessitam destes serviços (exames) e também por tratar-se de exames de caracter emergencial para diagnosticos rapidos o que tornaria muito complicado se o paciente tiver que deslocar-se em longas distâncias.

5.3. Os Serviços/bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **até 05 (Cinco) dias,** a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO.

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas

ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO.

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,_____ / UF16438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

I = 0,_____ / UF16438
TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DO REAJUSTE.

12.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. Cometer fraude fiscal;

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93;

14.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Pau D'arco - PA, pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

14.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (QUINZE) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.12. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas nos órgão Oficial de Imprensa do Município.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

1.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

13 – ORGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
25 – UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Fundo Municipal de Saúde;
AÇÃO: 10.301.0005.2-099 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde;
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica;
AÇÃO: 10.302.0005.2-110 - Teto Municipal de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitar - MACA;
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica;

Pau D'arco - PA, 03 de março de 2021.

Aprovado por:

CLEIDSON FERREIRA CHAVES:02587567211 Assinado de forma digital por CLEIDSON FERREIRA CHAVES:02587567211 Dados: 2021.03.23 10:26:47 -03'00'

CLEIDSON FERREIRA CHAVES
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

GILVAN COSTA DE OLIVEIRA:90127323287 Assinado de forma digital por GILVAN COSTA DE OLIVEIRA:90127323287 Dados: 2021.03.23 10:50:24 -03'00'

FREDSON PEREIRA DA SILVA:65002121268 Assinado de forma digital por FREDSON PEREIRA DA SILVA:65002121268 Dados: 2021.03.23 10:48:54 -03'00'